

Turismo comunitário: possibilidade de adaptação das comunidades da região do Parque Nacional do Superagui frente às mudanças ambientais e climáticas

Carlos Alberto Cioce SAMPAIO¹
Isabel Jurema GRIMM²

Resumo: As reflexões neste artigo emergem da evidencia de que existem povos, grupos e/ou comunidades que resistem à força imperativa e hegemônica do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. Buscam alternativas para contrapor ao desemprego, precarização do trabalho, exploração ou transformação do seu modo de vida e como estratégia de adaptação frente às mudanças ambientais e climáticas ocorridas em seu território. A partir deste viés, a metodologia interdisciplinar e exploratória contou com pesquisa de campo e aplicação de questionário com moradores da região do Parque Nacional do Superagui em Morretes (PR). Adotaram-se como unidade de análise as vilas de Barbados e Barra do Superagui, e a percepção dos moradores sobre os problemas ambientais e climáticos ali desencadeados. Os resultados sinalizam que o turismo comunitário solidário e sustentável pode ser estratégia de diversificação econômica e adaptação das comunidades frente às mudanças ambientais e climáticas que afetam seus meios de subsistência, vez que a atividade ocorre na região, embora em pequena escala e ainda não planejada.

Palavras-chave: Turismo. Mudanças Climáticas. Adaptação.

Introdução

Com objetivo de conseguir matérias primas e áreas de destinação de resíduos grupos corporativos infundem um regime de exploração e incorporação de novos territórios (ALIER, 2007), ameaçando a “resiliência local” (p. 79), pois extrapola a forma de apropriação dos recursos naturais pelas comunidades tradicionais e impõem novas formas de relação com a natureza, ou seja, se grupos tradicionais faziam uso dos recursos de acordo com seus próprios meios técnicos, com foco a atender suas necessidades específicas, a racionalidade econômica dinâmica de exploração que visa suprir o mercado consumidor mundial crescente e ilimitado (LEFF, 2007; ALIER, 2007).

Esse é o caso dos pescadores tradicionais, moradores no entorno ou interior do Parque Nacional do Superagui em Guaraqueçaba (PR), que cada vez mais deverão enfrentar novos desafios relacionados à pesca, pois, algumas espécies, em virtude da exploração e das mudanças ambientais e climáticas já não são encontradas no litoral. Esse fato junto a pouca ou nenhuma diversidade econômica local, influência na capacidade adaptativa destas comunidades frente às mudanças ambientais e climáticas, sendo necessárias novas estratégias de desenvolvimento consideradas sustentáveis para o território.

¹ Professor dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/FURB, em Gestão Urbana/PUCPR e Meio Ambiente e Desenvolvimento/UFPR. Colaborador do Mestrado em Turismo/UFPR. Visitante do Mestrado em *Desarrollo a Escala Humana y Economía Ecológica/UACH* (Chile). *Fulbrigt Visiting Scholar/Washington State University and DePaul University* (EUA). Pesquisador CNPq.

² Turismóloga, doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR), bolsista CNPq.

Dentre inúmeras atividades econômicas possíveis de serem desenvolvidas, o turismo tem se demonstrado como alternativa de desenvolvimento configurando-se na principal ou, muitas vezes, a única fonte de renda de muitos países, regiões ou comunidades. O grande desafio está em promover o desenvolvimento por meio da atividade turística de forma sustentável e não somente como sinônimo de crescimento econômico, principalmente, quando atinge poucos segmentos ou está restrito a grupos economicamente privilegiados da população.

Nesse contexto, a contribuição do setor turístico para a diversificação econômica nas comunidades como um dos pilares do desenvolvimento sustentável, encontra na dimensão comunitária possibilidade de impulsionar o desenvolvimento local e regional, oferecendo oportunidade de trabalho e renda, especialmente para mulheres e jovens, contribuindo no combate ao êxodo e oferecendo estratégia de adaptação de baixo carbono, como sugere o desenvolvimento do Turismo Comunitário, Solidário e Sustentável – TCSS.

Por essa via, as reflexões neste artigo emergem da evidencia de que existem povos, grupos e/ou comunidades que resistem à força imperativa e hegemônica do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, e apresentam em seus modos de vida, alternativas ao processo capitalista, que esgota os recursos naturais. Ou seja, comunidades tradicionais, podem encontrar no turismo comunitário, solidário e sustentável, alternativa de desenvolvimento local, se desejam oferecer produtos e serviços para atrair visitantes, buscando contrapor ao desemprego, precarização do trabalho, exploração ou transformação do seu modo de vida e, como estratégia de adaptação frente às mudanças ambientais e climáticas ocorridas em seu território.

A partir deste viés, a metodologia interdisciplinar ocorreu a partir do estudo exploratório e pesquisa de campo, com aplicação de questionário com moradores da região do Parque Nacional do Superagui em Morretes, litoral norte do Paraná. Adotaram-se como unidade de análise as vilas de Barbados e Barra do Superagui, e a percepção dos moradores sobre os problemas ambientais e climáticos desencadeados no território nos últimos tempos. Os resultados sinalizam que o turismo comunitário solidário e sustentável pode ser uma estratégia de diversificação econômica e adaptação das comunidades frente as mudanças ambientais e climáticas que afetam seus meios de subsistência, vez que a atividade ocorre na região, embora em pequena escala, porém ainda não planejada.

Desenvolvimento e mudança ambiental e climática

O desenvolvimento pautado na perspectiva do crescimento econômico é gerador de diversas crises, entre elas a crise ambiental, com desdobramento da mudança climática. Derivada do aquecimento global, a mudança climática é reconhecida como uma das graves questões que a humanidade deverá enfrentar nos próximos séculos, cuja gênese é controversa, tendo de um lado causas naturais e de outro as atividades humanas acumuladoras de gases de efeito estufa (GEEs).

Na interface do desenvolvimento e mudança climática surge o turismo, fator de geração de trabalho e renda, contribuindo para a redução da pobreza, e ao desenvolvimento

sustentável no quadro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A atividade se desenvolve com o avanço capitalista, tornando-se um setor que contribui com cerca de 5% de emissões globais de CO₂, ao mesmo tempo em que também é afetado pelo aquecimento global. Apesar do franco desenvolvimento, nas últimas décadas, o modelo turístico baseado no consumo de “massa” começou a dar sinais de esgotamento, fazendo surgir formas alternativas de turismo como é o turismo comunitário, solidário e sustentável (TCSS), que modestamente se desenvolve em algumas comunidades tradicionais.

Como as demais atividades econômicas, o turismo contribui para a geração de trabalho e renda, fortalecimento e preservação da cultura, mas, também é geradora de problemas ambientais decorrentes do seu mau planejamento. Apesar de seu franco desenvolvimento, nas últimas décadas do século XX, o modelo de turístico baseado no consumo de “massa” começou a dar sinais de esgotamento. A "indústria sem chaminés" demonstrou que poderia ser tão poluente ou destruidora quanto qualquer fábrica. E o estímulo à especulação imobiliária, aumento do custo de vida, destruição de ecossistemas para a construção de grandes empreendimentos hoteleiros, estímulo às migrações e superpopulação foram apenas alguns dos inúmeros fatores que transformaram a vida de pequenos lugarejos (FERREIRA e CARNEIRO, 2005). Acrescenta-se a esses fatores a contribuição do turismo na emissão dos gases de efeito estufa, onde a demanda mundial do turismo, em especial as viagens aéreas tem colaborado para o aquecimento global.

Adaptação das comunidades tradicionais frente aos eventos ambientais

Populações tradicionais apresentam-se mais suscetíveis as mudanças ambientais e aos eventos climáticos por habitarem áreas de maior risco em situações de seca, enchentes, deslizamentos, fenômenos que tem se tornado cada vez mais frequentes. Dispondo de poucos recursos ficam a mercê da ajuda do poder público quando os problemas ocorrem.

Este cenário deve considerar alternativas de enfrentamento dos impactos que garanta redução na vulnerabilidade³ e fazer parte da agenda governamental de todos os países, onde as ações e estratégias de adaptação sejam tratadas como processo contínuo e não como uma ação isolada, única que se finaliza em si mesma (OBERMAIER e ROSA, 2012). A capacidade adaptativa dos grupos vulneráveis depende do tipo de perigo⁴ a ser experimentado (MARTINS e FERREIRA, 2010), cuja ação de enfrentamento deve ser uma medida permanente, e não algo que se resolve agora, sobre um determinado problema climático que afeta uma população, e depois, no ano seguinte, se avalia o que pode ser melhorado caso o problema volte a surgir. Capacidades adaptativas não necessariamente

³ Vulnerabilidade é definida por Marandola et al., (2014, p. 147) como a capacidade de resposta que um indivíduo ou grupo social possui para responder ao perigo, dada pelas condições sociais, econômicas, geográficas, etc., que possuem.

⁴ Para a Marandola et.al., (2014) existe uma variedade de termos que se associam, contudo sem comportar precisão conceitual: “riscos, perigos, insegurança, incerteza, ameaça, fragilidade, suscetibilidade (p.47)”. O risco é “a probabilidade de ocorrência do perigo (não apenas em sentido matemático, mas no sentido da ameaça que carrega, do espectro da insegurança e de seu potencial gerencial), e o perigo como o substantivo, o evento em si”.

são limitadas a renda, ela inclui falta de acesso, conhecimento, políticas agrícolas exclusão social e outros fatores (OBERMAIER e ROSA, 2012).

A primeira etapa para a adaptação e proteção social é reduzir a vulnerabilidade das comunidades à exposição ao clima no presente, aumentando a sua representação política nas decisões de ação climática (RIBOT, 2011), diversificando sua economia (FARACO, 2012), mas mesmo assim muitos impactos experimentados por populações vulneráveis sujeitas à ação climática não são facilmente evitados (MARINO e RIBOT, 2012, p.11).

Comunidades tradicionais podem desempenhar importante papel para a minimização dos efeitos das mudanças ambientais e climáticas (IPCC, 2013). No Brasil, por exemplo, há acordos para a conservação de áreas naturais que envolvem comunidades locais para garantir o fornecimento de serviços ecossistêmicos, bem como iniciativas que mobilizam comunidades para discutir as mudanças climáticas e seus impactos sobre os territórios tradicionais. Trata-se de um tipo de iniciativa que representa diversos benefícios, como a manutenção dos recursos e o aumento da renda dos povos tradicionais.

Da mesma forma estas comunidades por meio do desenvolvimento do turismo comunitário, solidário e sustentável podem contribuir com seus modos de vida - principal atrativo turístico -, na busca de alternativas sustentáveis para atividades socioprodutivas, sobretudo quando estas atividades podem conter componentes de risco ambiental. Esta modalidade de turismo tem contribuído também para a adaptação das comunidades frente à vulnerabilidade de seus territórios as mudanças ambientais, em perspectiva de diversificação socioeconômica e conservação da biodiversidade, tanto ou mais quanto a tímida e ainda pouca definida política de crédito de carbono (GRIMM e SAMPAIO, 2012).

Turismo, estratégia de adaptação socioeconômica a partir dos modos de vida tradicionais

O turismo com o significado comunitário, solidário e sustentável sugere alteridade entre modos de vida. Comunidades que conservam modos de vida tradicionais podem contribuir para melhor se compreender que bem viver não é necessariamente sinônimo de alto padrão de consumo, como que fosse possível comprar felicidade. Comunidades não urbanas podem servir de laboratórios do bem viver, para que residentes e partícipes de modos de vida urbanizados, que por mais que tenham suas unidades familiares bem equipadas, ainda assim, sentem necessidade de preencher o esvaziamento imaterial provocado por uma sociedade de consumo (SAMPAIO et al., 2014).

É necessário, portanto resgatar a percepção (visão de mundo) das comunidades domésticas, do que elas podem promover, com seus próprios recursos e potencialidades (endogeneidade), transformando o território em espaço de decisão e valorização de sua identidade comunitária com respeito ao ambiente. Quanto ao visitante, este deve perceber que este turismo não se limita apenas à observação ou ainda, a vivência com as comunidades tradicionais (autóctones), mas ao envolvimento do visitante com projetos de vida, com a natureza, com a outridade (GRIMM e SAMPAIO, 2012).

A capacidade que as comunidades tradicionais possuem de se relacionar com um meio ecológico complexo, identificando, por exemplo, as diferenciações na fauna e na flora, as

diversas espécies existentes, suas formas de vida e funções, pode ser considerada prova do patrimônio cultural, graças a um saber prático que valoriza e preserva os ecossistemas e que muitas vezes é visto como práticas improdutivas pelas sociedades modernas (CASTRO, 2000, p. 166).

Esses modos de vida, produção e conhecimento caracterizam-se como principal atrativo do TCSS, pois são as forma de viver simples que se tornam referência, marco de identidade de projeto de desenvolvimento, potencializa-se como atrativos do turismo comunitário, sustentável e solidário, distanciando-se da espetacularização, rompendo com a lógica urbana, individual e materialista.

Muitas são as experiências de TCSS, que valorizam práticas culturais e favorecem a distribuição dos benefícios econômicos entre todos os envolvidos. A pesca, agricultura, artesanato, culinária, dança, festas e toda forma de vida diária que comporta fazeres e saberes próprias destas comunidades se constitui em atrativo turístico e é isso que o visitante deseja conhecer. Contudo, o turismo deve ser sempre uma atividade econômica secundária, complementar, não devendo substituir as formas tradicionais de produção.

Por fim, frente a possibilidade das comunidades inseridas em áreas de risco, possuem menor capacidade adaptativa, o TCSS surge como estratégia de geração de trabalho e renda, fazendo frente as necessidades de diversificação econômica e que promovam a capacidade adaptativa em locais onde as atividades produtivas tradicionais podem ser afetadas pelas mudança ambientais e climáticas.

Do método de pesquisa

Contexto de análise: o Parque Nacional do Superagui

Localizado no município de Guaraqueçaba, no Estado do Paraná, Superagui era originalmente uma península. Em 1953, para facilitar o transporte de barco entre Cananéia e Paranaguá foi aberto o Canal do Varadouro, o que favoreceu o comércio entre as duas cidades. Atualmente, o canal é pouco utilizado, exceto para transporte de turistas. Em 1971, deu-se início ao processo de tombamento da Ilha Artificial do Superagui. Em 1989, foi criado o Parque Nacional do Superagui (Figura - 01) e inserido na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba. Foi declarado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, em 1991, como Reserva da Biosfera e, em 1999, declarado como Patrimônio Natural, por ser considerado um dos ecossistemas costeiros mais notáveis do planeta, e por deter uma das maiores áreas florestais de cobertura do Estado do Paraná (ICMbio, 2012). Ampliado em 1997 passa a incluir em seus limites as comunidades de Barbados, Canudal, Vila Fátima, Ararapira, Abacateiro, Barra do Ararapira, Rio dos Patos e famílias isoladas da Praia Deserta.

O decreto de criação da unidade não incluía em seus limites nenhuma comunidade tradicional local. Esta ampliação com inclusão das comunidades deu início a série de situações conflituosas, cuja falta de regulamentação das normas de uso e ocupação do solo

implicou na proibição generalizada das ações dentro da área do Parque, gerando conflitos sociais, culturais, econômicos e ambientais.

A comunidade de Barbados situa-se na Ilha de Superagui, na margem Leste da baía de Pinheiros, dentro dos limites do ParNa Superagui, município de Guaraqueçaba. Possui sessenta e nove pessoas, dezenove famílias, com acesso somente a barco, com modo de produção predominantemente voltado à pesca. A Vila de Barra do Superagui é a maior vila da ilha, com 179 domicílios e 580 moradores. O fato de os turistas poderem vivenciar um pouco a tranquilidade e a beleza natural dessa ilha que tem levado pessoas de diversas partes do Brasil até Superagui. Algumas pousadas oferecem o mínimo de conforto aos turistas. Essas pertencem aos próprios moradores. Outras famílias que dependem da pesca estão se adaptando para receber turistas de temporada em suas casas, um espaço arborizado à beira-mar, transforma-se em área de camping.

Figura 1: Limites do ParNa de Superagui, com destaque para as Vilas de Barbados e Barra do Superagui.



Fonte: Adaptado do Google, 2014.

A criação de Unidades de Conservação (UCs) contribuiu para conter os conflitos fundiários existentes na região há décadas, controlar a caça predatória e proteger as práticas tradicionais da população caiçara. No entanto, a restrição de uso do território e ações baseadas em concepção conservadora, que ignorava o saber tradicional, contribuiu na geração de conflitos entre populações estabelecidas no interior ou entorno das áreas protegidas e gestores da unidade. Além disso, o desenvolvimento e interesse de turistas pela região iniciaram um novo processo de transformação socioeconômica no município.

Diante das dificuldades socioeconômicas e geográficas enfrentadas na região, faz-se necessário pensar em alternativas econômicas, ofertando à população local (continente e ilhas) oportunidade de trabalho e renda, continuidade das atividades produtivas tradicionais, preservação do patrimônio cultural e natural, mas também condições e estratégias de adaptação frente às mudanças ambientais e climáticas ocorridas no território.

Superagui: mudanças ambientais e riscos a partir da percepção dos moradores

Diante do caráter novo e único dos riscos e da incapacidade de enfrentamento por parte das instituições modernas, Beck (2006) afirma que a humanidade se caracteriza como uma sociedade de risco, onde a produção social da riqueza é acompanhada sistematicamente pela produção social de riscos. Esse novo contexto segundo o autor criou um mundo, cujo elemento constituinte é a incerteza, distribuição da decisão sobre os riscos entre todos os homens, o que faz com que se viva em um mundo em que “o futuro coloniza o presente” (p. 123), ou seja, em que qualquer desgraça que possa vir acontecer, acaba vivenciando-a antes mesmo que ocorra, porque se antecipada uma série de manifestações que faz com que vivam constantemente preocupados e reagindo em relação a ela.

Comunidades tradicionais – que costumam habitar áreas mais vulneráveis às mudanças ambientais e climáticas – detém conhecimento e identificam com minúcia cada detalhe que constitui e afeta diretamente suas vidas. Percebem mudanças no clima, produtividade agrícola, diminuição do número de espécies pescadas, enfim a tudo aquilo que afeta o meio ambiente ou a vida cotidiana. Esse conhecimento, tido como tradicional, é de fundamental importância, frente às limitações que os processos decisórios da economia, geopolítica mundial - que muitas vezes reduz o problema à sua dimensão tecnológica – na identificação de problemas e soluções, frente à crise ambiental e mais especificamente nas mudanças climáticas.

Comunidades tradicionais percebem os riscos ambientais seja ele natural resultado de um longo processo de transformações, ou produzido pelo homem (GIDDENS, 2007), pois vivem em contato direto e permanente com a natureza e detém sobre o ambiente um profundo conhecimento. Portanto, é de fundamental importância conhecer o que pensam e percebem sobre o ambiente, pois identificando os saberes das comunidades que habitam no interior ou entorno das Unidades de Conservação, é possível a realização de um trabalho preventivo de base local, partindo da realidade dos atores sociais, sujeitos da pesquisa em percepção ambiental (DIEGUES, 2004).

Nas comunidades de Barbados e Barra do Superagui, moradores identificam as mudanças no clima da região onde de acordo com eles se tem invernos e verões mais quentes e chuvosos, e as mudanças na temperatura acontecem rapidamente, ocorrendo grandes variações em curto espaço de tempo. A mudança no ambiente tem alterado a frequência e intensidade das chuvas e conseqüentemente das marés, interferido na pesca e plantações.

Entre mudanças ambientais e climáticas ocorridas no território e apontadas pelos moradores se destacam as mudanças na estação da colheita e da pesca, aumento na

temperatura, falta de água e seca, invernos mais rigorosos, chuvas mais frequentes e intensas, aumento do nível do mar que também está mais revoltado, deslizamentos, enxurradas, desaparecimento de mangues e ventos fortes provocando queda de árvores.

Sobre a vulnerabilidade destas comunidades em relação às mudanças ambientais apontadas, estas dependem das condições de saúde, economia local e demografia. Também interferem fatores como disponibilidade de água, sistema de saneamento e acesso à informação. Outro fator determinante da vulnerabilidade é a posição geográfica, por exemplo, populações situadas no caminho de ciclone, terremoto ou em zonas costeiras de baixa altitude (GUHA SAPIR, 2006), estão mais vulneráveis aos riscos desses eventos.

Questionados acerca das responsabilidades dessas mudanças, 40% dos moradores das vilas apontam a natureza como responsável, ou seja, como um processo que vem ocorrendo ao longo da história do planeta, outros 45% acreditam ser o homem também responsável.

No processo de percepção das mudanças ambientais e na avaliação dos riscos, os moradores não consideram somente a probabilidade mensurável de ocorrência, mas a gravidade de perigos e extensão de seus efeitos. Ou seja, avaliam o tamanho das perdas a partir dos danos e dos efeitos que estas ocasionam no meio ambiente, patrimônio (moradias e barcos), alicerces que sustentam suas vidas e de sua comunidade.

Com relação aos “perigos” e/ou “riscos” que a comunidade poderá enfrentar no futuro caso se intensifiquem os eventos climáticos extremos ou se multipliquem as mudanças ambientais e climáticas na região do Superagui, os moradores identificam a diminuição da pesca, aumento de tempestades (mar revoltado, ventos, raios etc.), falta de água e ocorrência de deslizamentos. Os moradores - em sua maioria pescadores -, identificam na pesca - principal meio de subsistência das comunidades -, o setor que mais poderá ser afetado no futuro caso se intensifiquem as mudanças ambientais e do clima. Se junta a este cenário a falta de estrutura das comunidades e do amparo estatal, caso ocorra um desastre ambiental nesta área, onde modos de vida tradicionais podem também estar em “risco” nas comunidades.

Sobre a capacidade adaptativa, estas populações dispõem de menos recursos para reestruturarem-se quando os problemas acontecem, ficando a mercê do atendimento do poder público. No caso das comunidades tradicionais que sobrevivem do extrativismo, agricultura de subsistência e pesca possuem dificuldades para se recuperarem após fenômenos climáticos extremos que afetaram os territórios onde vivem.

Farraco (2012) analisando 213 domicílios, distribuídos em 9 vilas, na região do Superagui, apontou que a vulnerabilidade nestas comunidades varia entre as vilas e domicílios, e as diferenças são determinadas principalmente pelo nível de dependência em relação à pesca, pelo capital físico e grau de participação dos moradores em organizações comunitárias. De acordo com o autor, as estratégias de diversificação que incluem atividades fora da pesca (sugere-se aqui o turismo comunitário, solidário e sustentável) são as que mais se relacionam com um aumento e uma atenuação da variação da renda e, assim, resultariam em maior capacidade adaptativa e maior eficácia na redução da vulnerabilidade (p. 145).

O turismo como medida adaptativa na região do Parque Nacional do Superagui

Nas comunidades investigadas o turismo vem ocorrendo, e apesar de ainda não contarem com projetos que visem o desenvolvimento planejado da atividade, o Plano de Manejo do parque que se encontra em fase de estruturação, destaca em seu texto a oferta e potencialidades turísticas do entorno imediato e interior da unidade e apresenta uma proposta de uso público e de turismo. Consta entre outras a estruturação e organização de centro de visitantes em pontos estratégicos da região, projeto de sinalização turística e interpretação ambiental, construção de trapiches, organização comunitárias, obtenção de equipamentos para o desenvolvimento de atividades ecoturísticas, organização de uma central de reservas e sistema de monitoramento.

Pode-se pensar que a criação de organizações comunitárias seja fator capaz de fortalecer e empoderar a comunidade local para que de forma cooperativa possa desenvolver e gerir a atividade turística tornando-se protagonista do desenvolvimento do seu território. Para Farraco (2012, p. 200) “o maior nível de participação em organizações comunitárias observado entre as populações com menor capacidade adaptativa indica um potencial para a expansão dos espaços de participação” e sendo previsto no Plano de Manejo, abre espaço para inserção destas comunidades aumentando sua capacidade de decisão e de influir nas normas de uso da unidade.

Entre previstas pelo Plano de Manejo as atividades de lazer de praia (caminhadas, banhos de sol e mar etc.), trilhas interpretativas, históricas e de contemplação da biodiversidade local, mirantes, fotografia, aproveitamento de cursos d’água e cachoeiras para banho, passeios de barco com possibilidade de observação de animais, visitação a locais históricos, igrejas, ruínas, sambaquis, casa da cultura do fandango, farinha, cicloturismo e canoagem.

No local pode ser apreciada a cataia (bebida conhecida como a cachaça caiçara), também usada para fins medicinais. Para os gestores do parque a extração da cataia (planta) pode vir a ser objeto de acordos com as populações, desde que em pequena escala e restrito a comunidades que moram no parque ou em seu entorno imediato, e que dependem de determinado recurso de dentro da UC para sua subsistência (FARACO, 2012, p.194).

No TCSS, modos de vida tradicionais são importantes atrativos. Nas comunidades do Superagui a vida diária pode ser um indicativo de desenvolvimento do turismo, ou seja, os visitantes podem encontrar nos saberes e fazeres dos moradores formas de lazer e conhecimento, pois os turistas são convidados a fazerem parte da rotina diária e vivenciarem os modos de vida das comunidades (Quadro 01).

Quadro 1: Vivências que podem atrair a demanda do turismo.

VIVÊNCIAS	COMUNIDADES
Cultivo de Ostras	Vila das Peças, Barbados e Vila Fátima.
Pesca Artesanal	Bertioga, Tibicanga, Barra do Superagui e do Ararapira, Barbados, Vila Fátima.
Fandango	Abacateiro, Barbados.
Produção Farinha Artesanal	Barra do Superagui, Barbados, Vila Fátima.
Contos, Lendas e Histórias.	Diversas comunidades. Deve ser feito levantamento das possibilidades.
Artesanato de Cipó Imbé	Barbados. Deve ser feito levantamento das possibilidades.
Produção de Ervas Medicinal	Barbados. Deve ser feito levantamento das possibilidades.

Fonte: Adaptado da Associação de Moradores de Barbados (2012), VIVEKANANDA, 2014.

As comunidades analisadas, como a maioria das populações pesqueiras residentes em áreas baixas e próximas ao mar, dispõe de embarcações pequenas e pouco equipadas, estando mais expostas aos eventos decorrentes das mudanças ambientais e climáticas, principalmente a elevação do nível do mar e o aumento na intensidade e frequência de tempestades, e que trazem riscos as moradias e infraestruturas associadas a pesca (embarcações, abrigos, pontos de desembarque, locais de estocagem), como no aumento dos riscos associados ao próprio trabalho no mar.

Considerações

Comunidades de pescadores artesanais, mesmo expostos a inúmeros fatores persistem como grupo social, buscam assegurar sua reprodução por meio dos modos de produção tradicionais desenvolvidos em um espaço de interação sociedade e natureza. Mais vulneráveis no aspecto social, econômico e ambiental, pois, mantêm relação intensa com o meio ambiente natural, dependendo desta para sua sobrevivência e manutenção das suas representações sociais. Lutam por melhor distribuição de renda, em realidade onde é sentida a falta de postos de trabalho e políticas públicas de desenvolvimento.

Essas populações, em muitos casos, vislumbram diversas oportunidades possíveis proporcionadas pelo desenvolvimento do turismo, sobretudo com a oferta de trabalho e renda. Tornam-se núcleos receptores de turistas, surgindo, assim, os destinos preferenciais do turismo comunitário, solidário e sustentável.

O turismo comunitário, solidário e sustentável possui enfoque pedagógico quando potencializa a história ambiental, contada pelos próprios habitantes do lugar, diante da importância que a mídia vem dando as mudanças do clima. Ainda que se considere que as populações locais vivem em unidades de conservação de proteção integral, também oportuniza perspectiva educativa quanto a modos e usos de apropriação de recursos naturais comunitários, fazendo um contraponto ao individualismo materialista. Sob tal

perspectiva, além de pensar em estratégias adaptativas de mudanças climáticas, traz o diálogo a partir da vertente mitigadora.

Enfim, o TCSS não se caracteriza como uma entre tantas outras modalidades da atividade econômica turística, mas como estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, cujo significado remete a um desenvolvimento economicamente sustentado, socialmente incluyente e ecologicamente correto. O turismo enquanto atividade econômica incorpora em seu planejamento e gestão visão complexa e sistêmica, na qual considera a relação sociedade e meio ambiente como indissociável, como a discussão em torno das mudanças climáticas vem suscitando.

Referências Bibliográficas

ALIER, J. M. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

BECK, U. *La sociedad del riesgo: Hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2006.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A.C. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. 2 ed. São Paulo: Anablume, 2000.

DIEGUES, A. C. S. O mito moderno da natureza intocada. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: USP, 2004. 169 p.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1991. 177 p.

_____. *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

FARACO, L. F. D. Vulnerabilidade de pescadores paranaenses às mudanças climáticas e os fatores que influenciam. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná, 2012, 260P.

FERREIRA, H. C. H. CARNEIRO, M. J. *Conservação ambiental, turismo e população local*. Cadernos

GUHA SAPIR, D. Climate change and human dimension: Health impacts of floods. In: *International WORKSHOP on Climate Change Impacts on the Water Cycle, Resources and Quality 25 & 26 September 2006, Brussels*.

GRIMM I. J.; SAMPAIO, C. A. C. Multiculturalismo, turismo e comunidades tradicionais: campo de coexistência e vivencialidade? III Congresso de Cultura e Educação para a América Latina (CEPIAL), Curitiba, 2012. Anais eletrônicos. Curitiba, UFPR, 2012. Disponível em: http://cepial.org.br/inc/anais/eixo4/324_IsabelJuremaGrimm.pdf. Acesso em 02 de agosto de 2012.

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Edital de Licitação na modalidade Tomada de Preços, nº. 001/2012. Anexo I.1. Brasília, DF, 01 fev. 2012. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/servicos/licitacoes/editais.html?template=tmpl_icmbio_claro. Acesso em 20 de novembro de 2014.

IPCC - Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas. *Summary Policymakers*, 2013. Disponível em: <http://www.climatechange2013.org/>. Acesso em 24 de junho de 2014.

LEEF, E. E. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2007.

MARANDOLA JR., E.; OLIVEIRA D'ANTONA Á. Vulnerabilidade: problematizando e operacionalizando o conceito. In: Segurança humana no contexto dos desastres. (Org.) Roberto do Carmo e Norma Valencio – São Carlos: RiMa Editora, 2014, p. 45-61.

MARINO E.; RIBOT J. *Adding Insult to Injury: Climate Change and the Inequities of Climate Intervention Special Issue Introduction. Global Environmental Change, Vol. 22, No. 2. , 2012.*

MARTINS, R.; FERREIRA, L. "Oportunidades e Barreiras para Políticas Locais e Subnacionais de Enfrentamento das Mudanças Climáticas em Áreas Urbanas: Evidências de Diferentes Contextos". *Ambiente & Sociedade*, v. 8, Nº 2, 2010, p. 223 - 242.

OBEMAIER, M.; ROSA, L. P. Mudança climática e adaptação no Brasil: uma análise crítica. *Estudos Avançados*. vol.27 no.78, São Paulo, 2012.

RIBOT, J. *Vulnerability before adaptation: toward transformative climate action. Global Environmental Change, v. 21, 2011, p. 1160 –1162.*

SAMPAIO, C. A. C.; LESAMA, M. F., ARAUJO, J. R. Possibilidades para pensar um arranjo socioproductivo e político de base comunitária, solidária e ecologicamente sustentável no litoral paranaense. In: PHILIPPI JR. A., SAMPAIO, C. A. C., FERNANDES, V. *Gestão de Natureza Pública e Sustentabilidade*. Barueri (SP): Manole, 2012, p. 456 - 497.

SAMPAIO, C. A. C.; CECCATO, M.; MENDONÇA, Carlota; REHME, G. *Slow city: como proposta de desenvolvimento territorial sustentável*. II Seminário Internacional Culturas e Desenvolvimento, Chapecó, 2014. *Anais...*, Chapecó, 2014.

VIVEKANANDA, G. Gestora do Parque nacional do Superagui. Entrevista concedida em agosto de 2014.